

República Virtuosa...

30. X.55

A democracia tem-se definido o regime da virtude. Esta é, em verdade, a base em que assenta. Começa com a eleição o império da virtude. Implica ela, além da manifestação sincera, leal de cada cidadão, que seja fielmente registrada e computada a vontade dos eleitores e, finalmente, quando seja o caso, que a minoria se submeta à maioria. Para chegar a tanto sem perturbações e abalos, necessário se faz muita probidade e desinterêsse. Não seria democracia aquela em que o jôgo eleitoral fôsse roubado ou violentado. E não só o jôgo eleitoral deve ser correto: a própria maioria vitoriosa deve ser virtuosa, no exercício do poder, pois a circunstância de ser maioria não a dispensa de zelar pelo bem comum e respeitar os direitos dos adversários. Ter o poder e não abusar dêle, eis a virtude máxima dos governantes. Como se vê, desde a base até a cúpula, é a virtude que edifica a democracia. Democracia de ladrões e assassinos poderá ter conservado formalmente o processo democrático, mas não será democracia, ter-se-á esvaziado do seu conteúdo. Ela é realmente o regime da virtude.

Este conceito fundamental parece ter-se apagado inteiramente da consciência popular neste infeliz país. Se ainda se pode chamar democracia ao que estamos praticando, é a democracia da amoralidade. A virtude já não conta na vida pública brasileira. Não conta? Dizemos mal. E' fator negativo, que não recomenda e, pelo contrário, desconsidera o homem público. Tem-se a honestidade como ingenuidade e falta de inteligência. O homem capaz, merecedor do apoio popular, é o que não tem escrúpulos e soube, sobretudo, assegurar a própria prosperidade. Quem soube enriquecer, há-de saber enriquecer a Nação. Esquecem, porém, que o roubo não cria riquezas e apenas as desloca.

Estaremos, porventura, exagerando? Não: basta percorrer a lista dos atuais candidatos à presidência da República. Dois dêles têm merecido as mais graves increpações quanto à sua probidade. De ambos se tem dito e se tem provado que, entrando pobres para o govêrno de um grande município ou de um grande Estado, dêle saíram riquíssimos. Por muito menos do que isto, ter-se-iam êles inutilizado em qualquer país verdadeiramente democrático. No Brasil, serviu-lhes de título para procurar galgar mais altas posições. E' como se estivéssemos numa república às avessas, numa república de viciosos e criminosos.

Um dêles, em verdade, ainda conserva certa aparência de pudor. Pretende, embora sem o comprovar, que fruto da exaltada paixão dos adversários sejam as acusações contra êle levantadas. Não faz profissão de desonestidade, embora lhe utilize os recursos, e as vantagens. Presta a sua homenagem à virtude. O outro, porém, não se embaraça com tão pouco. Não nega o que está exposto à luz do sol. Rouba, tem roubado, mas compensa o prejuizo que dá roubando, com o que realiza administrando! O seu valor está nisso: rouba, mas faz. Êste é o seu braço. Outros roubam e não fazem, acrescenta-se à guisa de justificação. Chega-se, dest'arte, a esta miserabilíssima conclusão: o latrocínio é inseparável da vida pública. Tão inseparável, que já não merecem apreço os que procedem honestamente. São desambientados, são deslocados, vivem no mundo da lua. A única distinção cabível nesta maravilhosa democracia é entre os que roubam e fazem e os que roubam e não fazem.

Não estamos com estas considerações a prognosticar a vitória de um dos dois citados candidatos. Ainda há grandes reservas de virtude neste País. Mas, ainda assim, grave é o sintoma. Dada a votação que fatalmente receberão os dois candidatos, significa que mais da metade dos eleitores brasileiros não tem o menor apreço pela virtude, não está verdadeiramente em condições de praticar a democracia.

Esta é a já triste realidade, realidade que sòmente com a vitória de um dos ladrões públicos se poderá tornar mais negra